

Entrevista com Ricardo Mariano sobre as transformações recentes do campo religioso brasileiro e o crescente protagonismo político dos evangélicos

Interview with Ricardo Mariano on the recent transformations in Brazil's religious field and the growing political prominence of evangelicals

Rodolfo Capler Silva Ribeiro¹

Contextualização

Entrevista conduzida por e-mail pelo jornalista Rodolfo Capler Silva Ribeiro em março de 2026 com o Professor Dr. Ricardo Mariano. Nesta entrevista, o sociólogo Ricardo Mariano analisa as transformações recentes do campo religioso brasileiro e o crescente protagonismo político dos evangélicos. O pesquisador discute a passagem de setores pentecostais de uma postura historicamente refratária à política institucional para uma atuação cada vez mais organizada e influente nas estruturas do Estado, abordando temas como a formação da bancada evangélica, as pautas morais, o conservadorismo religioso e as relações entre religião e esfera pública. A entrevista também examina os impactos do crescimento evangélico sobre a configuração religiosa do país, as mudanças reveladas pelo Censo 2022, a dinâmica eleitoral dos evangélicos, a relação com o Partido dos Trabalhadores e as perspectivas futuras da expansão evangélica no Brasil. Com base em décadas de pesquisa, Mariano oferece uma interpretação sociológica dos desafios e das disputas que marcam a presença evangélica na vida pública contemporânea.

Ricardo Mariano é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), onde é professor do Departamento de Sociologia, pesquisador do CNPq e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. É editor da *Plural: Revista de Ciências Sociais* e integrou a diretoria da ANPOCS entre 2017 e 2018. Atua na área de sociologia da religião, com ênfase no pentecostalismo, no ativismo político evangélico e nos debates sobre secularização e laicidade no Brasil. É autor de *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* (Edições Loyola, 1999).

ENTREVISTA

1. Como o senhor analisa a passagem de uma postura historicamente abstencionista de setores evangélicos para o atual protagonismo político no Brasil?

¹ Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo (FTBSP) e pós-graduado em Educação em Direitos Humanos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus Piracicaba. Jornalista, atuou na cobertura de política e religião, com reportagens e entrevistas publicadas na Revista *Veja*. É integrante do Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Fundação São Paulo/PUC-SP (Labô). É autor de quatro livros, dentre eles *O País dos Evangélicos: política e religião no Brasil contemporâneo* (Fonte Editorial, 2021) e *Projeto de Poder: a participação dos evangélicos na política desde o final da ditadura militar no Brasil* (Fonte Editorial, 2018). E-mail: rodolfocapleroficial@gmail.com.

Protestantes participam da arena pública no Brasil desde fins do século XIX, quando, na condição de minoria religiosa discriminada, defenderam, em aliança com grupos seculares, a liberdade religiosa, a separação de igreja e Estado (Estado religiosamente neutro ou sem religião oficial) e a adoção do regime republicano. Até 1982, foram eleitos 94 parlamentares protestantes e cinco pentecostais ao Congresso Nacional. Contudo, é fato que, nos meios pentecostais, focados na salvação individual e na expectativa messiânica de iminente retomo de Cristo, o lema “crente não se mete em política” vigorou como norma tácita até fins dos anos 70 e início dos 80, resultando, salvo raras exceções, numa oposição difusa à participação dos crentes na política institucional, tida como mundana. Autoexclusão política que não findou, mas continuou orientando lideranças de Congregação Cristã no Brasil e Deus é Amor e parte de fiéis e pastores assembleianos. Mas não se deve confundir isso com alheamento político. Basta observar que igrejas pentecostais se opuseram ao comunismo desde as primeiras décadas do século XX e, tal como a maioria das igrejas protestantes, apoiaram a ditadura militar ou foram por ela cooptadas, concomitantemente à migração da cúpula católica para a oposição. A seguir, o processo de redemocratização abriu espaço e oportunidade para a participação política de diversos setores da sociedade civil, entre os quais os pentecostais. Assediados por candidatos e partidos há décadas, mas frustrados pelo descumprimento sistemático das contrapartidas materiais acordadas no toma-lá-dá-cá eleitoral, passaram a investir em candidaturas próprias. Nas eleições para a Assembleia Constituinte, embalados pelo lema “irmão vota em irmão” e pela difusão de boatos conspiratórios e persecutórios de que a Igreja Católica pretendia assegurar privilégios junto ao Estado na nova carta magna em detrimento da liberdade religiosa dos evangélicos e, possivelmente, em parte inspirados e legitimados pelo avanço da *Christian Right* nos Estados Unidos, lideranças assembleianas procuraram romper de vez com o velho quietismo político. Lançaram candidaturas oficiais à Câmara Federal e se mobilizaram país afora para elegê-los, dando início ao corporativismo político evangélico centrado no engajamento denominacional na política partidária. Foi na Constituinte que se formou a primeira bancada evangélica no Congresso Nacional, composta por 32 deputados, 18 dos quais pentecostais, que assumiram, desde então, o protagonismo do ativismo político evangélico. Desde então, diversas igrejas pentecostais, tal como partidos, dotaram-se de conselhos políticos, candidaturas oficiais, representantes parlamentares. Atualmente, esse ativismo alcança todos os níveis da representação política e joga pesado para ampliar a ocupação evangélica da política, das mídias, do judiciário e demais instituições do Estado. O que o torna um dado incontornável da arena pública, da política e da democracia no Brasil.

2. O crescimento evangélico produziu apenas maior pluralização religiosa ou alterou o equilíbrio de forças no campo religioso brasileiro?

São diversas as mudanças religiosas em curso no país. Em termos numéricos, entre 1980 e 2022, a proporção de cristãos caiu 12,2 pontos percentuais, de 95,8% para 83,6%, a de católicos tombou 32,3 p.p., de 89,2% para 56,7%, a de evangélicos quadruplicou, pulando 20,3 p.p., de 6,6% para 26,9%, a dos sem religião quase sextuplicou, subindo 7,7 p.p., de 1,6% para 9,3%, enquanto a das demais religiões aumentou 4,5 p.p., de 2,6% para 7,1%. Ou seja, pluralizou e secularizou ao mesmo tempo. Mas essas mudanças não têm sido lineares. A década de 1990 foi o pico da redução numérica de católicos e do crescimento de evangélicos e sem religião, enquanto que, entre 2000 e 2022, desaceleraram o declínio católico e a expansão de evangélicos e sem religião. A expansão evangélica, que se mantém elevada apesar da desaceleração, amplifica a pluralização do cristianismo (que no conjunto perdeu terreno) e ameaça a hegemonia numérica católica. Ainda mais tendo em conta que nada

menos que 51% dos católicos se declaram não praticantes, enquanto apenas 2% dos evangélicos afirmam não frequentar a igreja ou cultos, segundo pesquisa do *Datafolha* de junho de 2022. Pesquisa do PEW, intitulada *Religion in Latin America: Widespread change in a historically catholic region*, de 2014, também realça que os evangélicos apresentam níveis de compromisso, de crença e de prática religiosos e de rigor moral mais elevados que os católicos. Isso favorece o fortalecimento dos evangélicos no campo religioso brasileiro frente a concorrência católica.

3. Estamos diante de uma reconfiguração duradoura da relação entre religião e esfera pública no país?

Desde os anos 1980, o ativismo político evangélico, hegemonizado por religiosos que se reconhecem conservadores e de direita, só fez recrudescer e tende a avançar, a despeito dos temores e das muitas reações contrárias que suscita e dos eventuais custos internos que gera, como custos reputacionais (derivados de escândalos), cisões, conflitos, etc. Mais que uma relação, trata-se de crescente imbricação, ou entrelaçamento da religião – isto é, de seus líderes, agentes, representantes e empreendimentos – com a política institucional e as instituições da República. Seus expoentes efetuam essa imbricação e procuram naturalizá-la e legitimá-la, sem deixar de reconhecer a existência das fronteiras institucionais entre ambas. E o fazem ao encarar seu ativismo político ao mesmo tempo como exercício secular e como missão religiosa lastreada na Bíblia e atribuída por Deus a seus servos e, por tabela, como guerra espiritual contra as hostes demoníacas (leia-se seus adversários políticos, incluindo grupos evangélicos à esquerda). Resulta disso a configuração de uma religião política (e em crescente politização), que projeta, na prática e no discurso, seu ativismo político (com suas respectivas pautas conservadores e corporativas) como dimensão intrínseca do modo de ser e agir dos cristãos na arena pública.

4. A presença evangélica no Estado deve ser interpretada principalmente como estratégia de poder ou como projeto de transformação cultural?

Tradicionalmente, a expansão evangélica, baseada na evangelização e na conversão individual, objetiva a mudança comportamental e cultural e a hegemonia religiosa. Já o ativismo político evangélico dominante espousa pretensões bem mais amplas, incluindo a ocupação religiosa das estruturas de poder do Estado. A crescente difusão de teologias dominionistas nos meios evangélicos no Brasil, como as denominadas Sete Montanhas e neocalvinistas, contribuiu para turbinar essas ambições. Configura ação político-ideológica que intenta legitimar biblicamente os anseios supremacistas do ativismo político evangélico de governar em nome de Deus, a fim de que a “maioria cristã” cumpra o “mandato divino” de edificar uma “nação cristã” à sua imagem e semelhança. E prega o domínio cristão de diferentes esferas da vida social e pública, incluindo cultura, educação, mídias, negócios, instituições políticas e estatais.

5. A noção de “voto evangélico” é analiticamente válida ou obscurece a diversidade interna do segmento?

A determinação do voto é complexa, resulta de múltiplos fatores. Já a expressão “voto evangélico” pressupõe, equivocadamente, a homogeneidade religiosa e política dos evangélicos e que sua pertença religiosa explica *in totum* seu voto. Essa expressão, portanto,

obscure a análise e descrição do comportamento eleitoral dos eleitores evangélicos. Em parte, ela decorre do pressuposto de que os membros das igrejas evangélicas engajadas na política institucional compõem “rebanhos religiosos” que, a cada pleito, são manipulados por pastores e transformados em “curral eleitoral”. Rebanho e curral são termos problemáticos por pressupor apatia, alienação, ausência de “agência” e de capacidade reflexiva por parte dos fiéis sobre seu voto. Lideranças denominacionais e pastorais conservadoras que procuram influenciar, orientar e até assediar (como ocorreu nas eleições presidenciais de 2022) a decisão do voto dos adeptos enfrentam resistências variadas. Fora isso, proliferaram, desde o *impeachment*, diversos grupos e movimentos evangélicos minoritários que se reconhecem progressistas e comprometidos com o Estado de direito e os Direitos Humanos, que apoiam candidatos, partidos e governos e bandeiras de esquerda.

6. A Frente Parlamentar Evangélica funciona como bloco coeso ou como articulação heterogênea e pragmática?

Criada em 2003, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional, tal como o campo evangélico, sempre foi fragmentada, multipartidária, pluridenominacional, atravessada por interesses distintos e, às vezes, divergentes. Até 2021, sua liderança foi definida por meio de acordos. A partir de 2022, em meio à polarização política, acirraram-se a concorrência e os conflitos entre os candidatos para presidi-la. Apesar disso, a FPE tende a tomar e orientar posicionamentos de forma coesa em torno de temas como aborto, união civil de pessoas de mesmo sexo, liberdade religiosa, embasada numa moralidade bíblica e sexual reacionária que marca a atuação parlamentar da maioria esmagadora de seus integrantes desde a Constituinte.

7. O conceito de “cruzada moral” é adequado para interpretar a atuação política evangélica contemporânea?

Avalio adequado o uso analítico do termo “cruzada moral” para interpretar parte do que o ativismo político evangélico faz. É fato que ativistas políticos evangélicos de extrema direita volta e meia ostentam ímpeto de cruzados, insuflando medo, paranóia persecutória e indignação moral como estratégia de mobilização política das hostes cristãs contra inimigos imaginários, tais como “ideologia de gênero” e comunismo, e adversários políticos em geral. Enquanto disseminam desinformação e ódio, monetizam e procuram cabalar votos, alegam, por exemplo, que visam proteger crianças inocentes da doutrinação comunista, da sexualização precoce e da homossexualização nas escolas.

8. As pautas morais são eixo estruturante da identidade evangélica ou instrumento estratégico de mobilização política?

A leitura literal da Bíblia ou de feição fundamentalista, majoritária nos meios evangélicos no Brasil, comumente resulta na produção e reprodução de orientações morais – no plano da sexualidade e das relações familiares e de gênero – que integram a identidade evangélica, ancoram seu conservadorismo e têm sido instrumentalizadas para fins políticos, como, por exemplo, na defesa do Estatuto do Nascituro, do Estatuto da Família, etc. Ativismo político e instituições religiosas se retroalimentam em matéria moral. Nos Estados Unidos, foi a *Christian Right* que tornou a rejeição moral ao aborto uma bandeira político-religiosa empunhada por igrejas protestantes. Não o contrário. As *fake news* do “kit gay”

adentraram as igrejas pelas vias midiática e política. Por outro lado, a crença de que o homem é e deve ser o “cabeça” do lar e a mulher, sua auxiliar que o complementa, há muito pregada por igrejas evangélicas, fundamenta, em parte, a visão patriarcal, antifeminista, anti-LGBT das bancadas evangélicas e sua oposição política à legislação e às políticas públicas que advogam a igualdade de gênero. Contudo, cabe observar que o ativismo político evangélico conservador não se reduz, de forma alguma, à militância centrada nas ditas e estereotipadas “pautas morais”, ainda que ela seja, de fato, estratégica como fator de mobilização política, de demonização dos adversários e para barrar os direitos sexuais e reprodutivos e as políticas de gênero. O fato é que, desde a Constituinte, ambiciona e batalha por obter cargos, recursos públicos, isenções e privilégios fiscais, concessões de emissoras de rádio e TV, terrenos públicos, etc. Seus anseios de ordem material não são secundários – que o diga a maioria dos parlamentares evangélicos apinhada no Centrão –, ocupam o topo de suas motivações e investidas na política. Almeja cada vez mais ocupar e controlar as instituições públicas, entre as quais o STF, e modelar o ordenamento jurídico.

9. O ativismo político evangélico atual representa continuidade histórica ou ruptura em relação ao protestantismo tradicional?

A defesa da liberdade religiosa predomina em toda a história da atuação evangélica na arena pública, do Império ao presente. A diferença é que, no passado, havia de fato limitações severas à liberdade e à igualdade religiosa no Brasil. Há muito isso deixou de ocorrer. A retórica política em torno da liberdade religiosa atualmente representa estratégia política e discursiva cujo paralelo imediato é o ativismo da extrema direita secular que, na prática, pretende assegurar seu direito de desinformar, mentir e disseminar ódio como recursos políticos válidos na arena pública. A defesa da liberdade religiosa pela direita evangélica não segue, portanto, a via liberal tradicional. Visa sacralizar o que se diz em nome e a partir de interpretações da Bíblia e todos os que o fazem, a fim de legitimar publicamente proposições e discursos baseados em convicções religiosas, mesmo os homofóbicos e transfóbicos ou que discriminam ou afrontam direitos de minorias sexuais. No limite, parece pretender absolutizar a liberdade religiosa a ponto de colocá-la em tensão radical com princípios democráticos, como a igualdade, o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos e a proteção das minorias. Para além disso, o modelo corporativo de ativismo político implantado por igrejas pentecostais, como Assembleias de Deus, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, entre outras, difere radicalmente das formas de atuação e representação política dos candidatos e parlamentares protestantes que hegemonizaram a atividade política entre os anos 1930 e 1980. Em geral, não existiam candidaturas denominacionais oficiais, as igrejas não agiam como partidos, pastores não atuavam como cabos eleitorais, fenômenos que representam ruptura radical com o passado.

10. A diferença entre projeções públicas e os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indica erro analítico ou mudança recente na dinâmica religiosa brasileira?

Projeções estatísticas, baseadas na análise dos dados dos censos 2000 e 2010, apontando que os evangélicos ultrapassariam os católicos por volta de 2032 foram tratadas de forma acrítica, sensacionalista e fatalista por setores da imprensa e mídias diversas, contribuindo para agravar a incompreensão sobre tais projeções e suas condicionalidades e

para inflacionar expectativas sobre as cifras da expansão evangélica no Censo 2022. Contudo, o Censo 2022, tal como o de 2010, aliás, apontou sua desaceleração. Sabe-se que o IBGE enfrentou problemas diversos na realização do último censo demográfico – atraso de dois anos, adiamentos, elevados cortes de recursos no governo Bolsonaro e precarização –, mas não é possível precisar-se, como e em que medida afetou a coleta e produção dos dados sobre a autoidentificação religiosa dos brasileiros. Por outro lado, podem ter contribuído para a desaceleração da expansão evangélica a enorme recessão econômica entre 2014 e 2016, que resultou no pior desempenho do PIB nos últimos 60 anos, e a pandemia de Covid-19, que restringiu o funcionamento dos templos e afetou as finanças das igrejas. Recessão e Covid geraram queda da renda média, aumento do desemprego e da informalidade. Provavelmente, resultaram na redução do montante de dízimos e ofertas coletados, bem como no de recursos destinados à construção de novos templos e à abertura de novas congregações, fenômenos que contribuíram para desacelerar seu crescimento. Em contrapartida, nada aponta que tenha ocorrido uma “reação católica” no período, não obstante a redução da taxa de seu declínio numérico no último censo. Pesquisa do *Datafolha* de junho de 2022 revela, ao contrário, a redução no compromisso religioso dos católicos entre 2016 e 2022: queda da proporção dos que frequentam a igreja uma vez por semana e aumento da proporção dos que não contribuem financeiramente.

11. A expansão evangélica nas periferias metropolitanas indica uma transição religiosa territorializada?

A expansão evangélica, liderada pelo pentecostalismo, ocorre majoritariamente na periferia das capitais, das grandes e médias cidades e das regiões metropolitanas e nas áreas de fronteiras agrícolas, que concentram estratos sociais de menor renda e escolaridade e maior proporção de pardos, negros e jovens. A expansão territorial evangélica se conecta à classe social, a diversos marcadores sociais e à eficiência da prédica pentecostal em prover soluções simbólicas e comunitárias aos problemas principalmente dos que vivem na pobreza e sob a insegurança cotidiana difusa em áreas de periferia. Mas essa expansão também ocorre em setores das classes médias, embora em menor proporção. E cada vez mais procura marcar os territórios que ocupa com megatemplos monumentais, simbolizando sua ascensão e sua ambição por hegemonia.

12. A predominância evangélica entre jovens, em contraste com o catolicismo mais presente entre idosos, aponta para uma transição geracional consolidada?

Em contraste com os católicos, que se destacam entre os brasileiros com 80 anos ou mais, faixa em que atingem 72%, os evangélicos se sobressaem em todas as faixas etárias até os 49 anos, com 31,6% no grupo de 10 a 14 anos e somente 19% na faixa com 80 anos ou mais. O perfil etário mais jovem confere aos evangélicos vantagens demográficas que, na comparação com os católicos, favorecem seu crescimento a médio prazo, tal como o saldo mais positivo entre nascimentos e mortes e a maior proporção de jovens e de mulheres em idade reprodutiva. A taxa de fecundidade dos evangélicos, de 1,7 filhos por mulher, supera a de católicos e sem religião, de 1,5 filhos por mulher.

13. Como o senhor interpreta o distanciamento recente entre setores evangélicos e o Partido dos Trabalhadores no governo Lula III: mudança ideológica, estratégia de poder ou efeito da polarização?

Dados do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) relativos às eleições presidenciais entre 2002 e 2018, analisados por Victor Araújo, revelam que os pentecostais são menos inclinados a votar no PT e a manifestar simpatia pelo partido. Fenômeno que provavelmente ocorre desde a candidatura de Lula à presidência em 1989, alvo de implacável demonização por parte de dirigentes e pastores pentecostais. No segundo turno da eleição presidencial de 2002, Lula obteve apoio de Silas Malafaia e de Edir Macedo, que apoiou as candidaturas petistas até 2010. É fato que, durante os dois primeiros governos Lula, os petistas conseguiram se aproximar um pouco de lideranças pentecostais conservadoras, apesar de suas divergências políticas e conflitos sobre laicidade, Direitos Humanos, direitos sexuais e reprodutivos, o PL 122/2006, da lavra de uma deputada petista, que visava criminalizar a homofobia. Mas era um apoio tíbio e, no caso da base parlamentar evangélica, baseado no “é dando que se recebe”. A partir do governo Dilma, o antipetismo evangélico se intensificou no contexto da criação e expansão de novos movimentos, coletivos, redes sociais e partidos de direita e da explosão de protestos de massa de direita e da Operação Lava-Jato. Os parlamentares evangélicos, com raras exceções, apoiaram entusiasticamente o *impeachment*, regido pela batuta do assembleiano Eduardo Cunha, e cancelaram o governo Temer. Isso esgarçou a relação entre evangélicos conservadores, petistas e o PT. A pá de cal foi a sacralização pastoral das candidaturas de Bolsonaro em 2018 em 2022 seguidas de ataques desmesurados às candidaturas de Fernando Haddad e Lula, respectivamente, o embarque evangélico em seu governo, sua participação na configuração do bolsonarismo, seu alinhamento a um projeto político autoritário, a grupos e proposições de extrema direita, seus ataques a instituições de controle, como o TSE e o STF. O ativismo político evangélico não é resultado da polarização política e afetiva recente, mas a impulsionou. O recrudescimento do antipetismo evangélico é parte ativa disso. E cada vez mais espreme os petistas contra a parede, impondo a seus candidatos, políticos, governantes e governos elevadíssimos índices de rejeição.

14. A possibilidade de os evangélicos se tornarem maioria no Brasil é uma tendência demográfica consistente ou ainda um cenário incerto?

Não me atrevo a tratar da probabilidade de os evangélicos se tornarem maioria, excetuando a região Norte, onde dispunham de 36,8%, quase 10 pontos percentuais acima de sua média nacional. É provável que se tornem majoritários nessa região nas próximas décadas. Em dois estados, Acre e Rondônia, eles já se tornaram maioria. Roraima, onde tinham 34,4% contra 37,9% de católicos em 2022, deve ser o próximo. Nas demais regiões, seu percurso é mais íngreme e incerto. No Centro-Oeste, com 31,4%, ficam 4,5 pontos acima da média nacional, o que sinaliza seu bom desempenho em áreas de frentes agrícolas. No Sudeste, com 27,9%, ficam um ponto acima da média nacional. Obtêm suas piores cifras nas regiões Sul e Nordeste: 23,7% e 22,5% contra 62,4% e 63,9% de católicos, respectivamente. Essas são as regiões que têm imposto maiores desafios à expansão evangélica.